



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

## DECRETO Nº 4.369 DE 13 DE MAIO DE 2011.

Regulamenta, no âmbito do município de Agudos, a utilização da modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens comuns, e da outras providências.

**EVERTON OCTAVIANI**, Prefeito Municipal de Agudos, Estado de São Paulo, no uso da competência prevista no inciso II do artigo 30 da Constituição Federal, bem como das atribuições de que trata a Lei Orgânica do Município de Agudos e, para cumprir o disposto no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, com observância do disposto na Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002;

### DECRETA:

**Artigo 1º** O Município de Agudos, para à aquisição de bens comuns, poderá realizar licitação na modalidade de **Pregão Presencial**, com observância na Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, e das regras estabelecidas neste Decreto.

**Parágrafo Único** Consideram-se bens comuns para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

**Artigo 2º** Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, é feita em sessão pública por meio de proposta de preços escritos em envelope lacrado, inviolável, e lances verbais.

**Artigo 3º** A licitação na modalidade pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, maior competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

**Artigo 4º** Todos quantos participem da licitação na presente modalidade tem direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido no Regulamento constante deste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira no procedimento, perturbando ou impedindo a realização dos trabalhos.

**Artigo 5º** Compete ao Prefeito Municipal, no âmbito da Administração direta municipal:

- I – determinar a abertura de licitação na modalidade pregão presencial;
- II – designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;
- III – decidir os recursos contra atos do pregoeiro;
- IV – adjudicar e homologar a licitação.

**§ 1º** A equipe de apoio deverá ser integrada por servidores ocupantes de cargo efetivo ou em comissão ou emprego de órgão ou entidade do Poder Executivo.

**Artigo 6º** Compete ao Secretário Municipal de Administração e Finanças proceder ao bloqueio prévio, junto ao setor contábil do Município, do valor estimado destinado ao pagamento dos bens a serem adquiridos, ou autorizar o respectivo empenho orçamentário.

**Artigo 7º** Na fase preparatória do pregão, os órgãos da Administração direta, remeterão previamente à Secretaria de Administração e Finanças, seus pedidos de execução para aquisição de bens, por meio de processo administrativo, devendo estar obrigatoriamente instruído com os seguintes elementos:

I – descrição clara, suficiente e precisa do objeto da licitação, com definição das características do bem a ser licitado, vedadas especificações que, por excessivas, limitem ou frustrem a competição;

II – valor estimado;

III – indicação da rubrica orçamentária e do montante de recursos disponíveis e o cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;

IV – justificativa da necessidade da aquisição do objeto; e

V - estabelecimento dos critérios de aceitação das propostas, das exigências de habilitação e da fixação dos prazos.



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

**Artigo 8º** O critério de julgamento será o de menor preço, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, o prazo máximo de fornecimento e as demais condições definidas no edital.

**Artigo 9º** - São atribuições do pregoeiro:

- I - a análise e julgamento de impugnações ao edital do pregão;
- II - a condução da sessão pública do pregão;
- III - o recebimento das propostas de preços conforme edital ou aviso específico e da documentação de habilitação;
- IV - a recepção, a abertura das propostas de preços, o seu exame e classificação, bem como a condução dos procedimentos relativos à indicação de quais os licitantes que poderão oferecer novos lances e definir propostas de menor preço;
- V - a abertura e análise da documentação do licitante vencedor;
- VI - organizar a documentação do processo licitatório respectivo, com todos os atos essenciais do pregão, com vista à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle;
- VII - o processamento dos recursos interpostos e encaminhamento à decisão pela autoridade superior competente;
- VIII - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a classificação, à autoridade superior, visando a adjudicação do objeto ao vencedor, à homologação e a contratação; e
- IX - a prática dos demais atos pertinentes ao procedimento.

**Artigo 10** - A fase preparatória do pregão observará o que segue:

- I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos de fornecimento;
- II - a definição do objeto deverá ser clara, suficiente e precisa, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
- III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento elaborado



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens a serem licitados, explicando os critérios utilizados para a avaliação do custo orçado; e

**IV** - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e sua respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, à análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como à habilitação do licitante vencedor e o recebimento, exame e instrução dos recursos por ventura interpostos de suas decisões tomadas no curso do certame.

**Artigo 11** - A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, através da divulgação do edital e aviso específico, observadas as seguintes regras:

**I** - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em função dos seguintes limites:

a) Para bens de valores estimados até R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais):

1. Diário Oficial do Município, ou jornal equivalente, de circulação no município; e
2. Meio eletrônico, na Internet.

b) Para bens de valores estimados acima de R\$ 80.000,01 (oitenta mil reais e um centavo) até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

1. Diário oficial do Estado;
2. Diário Oficial do Município, ou jornal equivalente, de circulação no Município; e
3. Meio eletrônico, na Internet;

c) Para bens de valores estimados superiores a R\$ 150.000,01 (cento e cinquenta mil reais e um centavo):

1. Diário Oficial do Estado;
2. Diário Oficial do Município, ou jornal equivalente, de circulação no Município; e
3. Jornal de grande circulação no Estado; e



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

## 4. Meio eletrônico, na Internet.

II - do edital e do aviso constarão definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital e o local onde serão recebidas as propostas;

III - do edital ou aviso específico constarão a modalidade de licitação e a modalidade de lances, por quantidade ou por preços, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, a fixação dos prazos para fornecimento do objeto, e as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso;

IV - cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de qualquer pessoa para consulta;

V - o edital fixará prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da última publicação do aviso, para os interessados prepararem e apresentarem suas propostas;

VI - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública única para recebimento das propostas, da documentação de habilitação, instruída de declaração escrita e formal elaborada pelos interessados, de reunirem os requisitos de habilitação exigidos no edital, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais que não tiverem protocolado previamente os envelopes, nos termos admitidos pelo edital, entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

VIII - o pregoeiro procederá a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, promoverá a verificação da conformidade das mesmas com o edital, e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, selecionando-os para a etapa de lances;

IX - quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), incluindo a de



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

X - em seguida, será dado início a etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formuladas de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

XI - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, à apresentar lances verbais, à partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, sendo-lhe facultado oferecer preço inferior ao seu, ainda que superior ao menor valor até então apurado;

XII - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, não implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais, podendo voltar a oferta-lo nas rodadas subseqüentes;

XIII - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XIV - para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério "**menor preço**", observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

XV - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira proposta classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

XVI - sendo aceitável a proposta de menor preço, e assim declarada a vencedora, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

XVII - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, e o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade responsável para adjudicação do objeto, homologação e contratação;

XVIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, apurando o licitante vencedor;



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

**XIX** - a manifestação de intenção de interpor recurso será no momento da declaração do vencedor do certame, com o respectivo registro em ata, cabendo ao recorrente juntar razões no prazo concedido à apresentação de recursos;

**XX** - o recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo;

**XXI** - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**XXII** - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante em sessão importará decadência do direito de recurso;

**XXIII** - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o certame, determinando a contratação;

**XXIV** - como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;

**XXV** - quando o proponente vencedor não apresenta situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim, sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos incisos XIII e XIV deste artigo;

**XXVI** - se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, os demais licitantes poderão ser chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições de suas respectivas ofertas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e previstas no edital; e

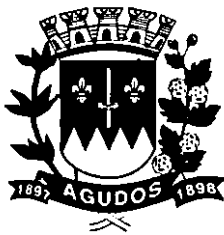
**XXVII** - o prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias se outro não estiver fixado no edital.

**Artigo 12** - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

**§ 1º** - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação apresentada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**§ 2º** - Acolhida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

**Artigo 13** - Para habilitação dos licitantes será exigida, exclusivamente, a documentação prevista na Lei 8.666/1993, relativa:



# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e na Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999.

V - quanto à regularidade fiscal, será exigida exclusivamente a documentação prevista no artigo 4º, XIII, da Lei 10.520/2002.

**§ Único** - A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, II e IV deste artigo poderá, a critério da autoridade superior, ser substituída por certificado de registro cadastral do Município que atenda aos requisitos previstos na Lei 8.666/1993.

**Artigo 14** - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo menos até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

**Artigo 15** - É vedada a exigência de:

I - garantia de proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica.

**Artigo 16** - Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as regras fixadas na Lei 8.666/1993 quanto à sua constituição e admissibilidade.

**Artigo 17** - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face das razões de interesse público derivadas de fatos supervenientes devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta, devendo ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.





# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

§ 1º - A anulação do instrumento licitatório induz à conseqüente anulação do contrato.

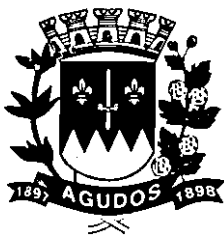
§ 2º - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**Artigo 18** - Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dele decorrentes no exercício financeiro em curso.

**Artigo 19** - A administração publicará no Diário Oficial do Município ou jornal equivalente, de circulação no Município e região, o extrato resumido dos contratos celebrados e seus aditamentos, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

**Artigo 20** - Os atos essenciais do pregão, serão documentados e receberão a forma de processo, em ordem seqüencial, compreendendo, sem prejuízo de outros, o que segue:

- I - justificativa da contratação;
- II - termo contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico financeiro de desembolso, se for o caso;
- III - garantia de reserva orçamentária, com indicação da respectiva dotação;
- IV - autorização de abertura da licitação;
- V - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- VI - parecer jurídico, devidamente assinado, de análise do edital e anexos;
- VII - minuta do termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- VIII - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;




# PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

IX – ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e

X – comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação do extrato do contrato e dos demais atos relativos à publicidade do certame, conforme o caso.

**Artigo 21** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos após 30 dias da publicação.

Agudos, 13 de Maio de 2011.

  
**EVERTON OCTAVIANI**  
Prefeito Municipal